

Agriculturas alternativas e a busca de autonomia: da crítica contracultural ao movimento social

JALCIONE ALMEIDA¹

Resumo

A autonomia se encontra no centro das principais manifestações de afirmação de um novo projeto de desenvolvimento agrícola e rural. Esse artigo trata de identificar e discutir as principais reivindicações, proposições, experiências e aspirações que se desenham em torno dessa idéia de autonomia atualmente na agricultura do sul do Brasil.

Agriculturas alternativas y la búsqueda de autonomía: de la crítica contracultural al movimiento social

JALCIONE ALMEIDA¹

Resumen

La autonomía se encuentra en el centro de las principales manifestaciones de afirmación de un nuevo proyecto de desarrollo agrícola y rural. Este artículo trata de identificar y discutir las principales reivindicaciones, propuestas, experiencias y aspiraciones que se diseñan actualmente en torno de esta idea de autonomía en la agricultura del sur de Brasil.

1 Agrônomo e doutor em sociologia. Professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo atuação de docência e pesquisa na Faculdade de Agronomia e no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). *E-mail:* jal@vortex.ufrgs.br

1 Agrónomo y doctor en sociología. Profesor e investigador de la Universidad Federal de Rio Grande do sul (UFRGS), docente e investigador en la Facultad de Agronomía y en el programa de posgrado en Desarrollo Rural (PGDR). *E-mail:* jal@vortex.ufrgs.br

Alternative agriculture's and the search of autonomy: from the countercultural criticism to the social movement

JALCIONE ALMEIDA¹

Abstract

Autonomy is in the center of the main affirmatives for a new project of agricultural and rural development. This paper identifies and discusses the main claims, proposals, experiences and aspirations that are pointed around this idea of autonomy in agriculture in Southern Brazil.

Agricultures alternatives et recherche de l'autonomie: de la critique contreculturelle au mouvement social

JALCIONE ALMEIDA¹

Résumé

L'autonomie se situe au centre des principales manifestations d'affirmation d'un nouveau projet de développement agricole et rural. Cet article se propose d'identifier et de discuter les principales revendications, propositions, expériences et aspirations actuellement conçues autour de cette idée d'autonomie dans l'agriculture au sud du Brésil.

1 Agronomist PhD Sociology. Lecturer and researcher Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculty of Agronomy and Master's of Rural Development (PGDR). E-mail: jal@vortex.ufrgs.br

1 Agronome et docteur en Sociologie. Professeur et chercheur de l'Universidad Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ayant exercé dans l'enseignement et la recherche à la Faculté d'Agronomie et dans un Programme de Maîtrise au Développement Rural (PGDR). E-mail: jal@vortex.ufrgs.br

Agriculturas alternativas e a busca de autonomia: da crítica contracultural ao movimento social

Introdução

A agricultura brasileira, hoje, mostra que os movimentos reivindicativos e de contestação se inscrevem nas políticas mais gerais de autonomia e nos processos de auto-organização, e que essas diferentes formas de autonomia definem uma disputa mais ou menos específica².

Em seus diferentes aspectos, é contra uma determinada organização do trabalho que a autonomia é objeto de reivindicações, de proposições, de experimentações ou de aspirações; contra a dominação da racionalidade moderna no seio da modernidade; contra uma racionalização que concentra o poder de decisão, restringe a democracia e nega a cidadania; contra um processo de modernização que induz a um crescimento que destrói os equilíbrios naturais fundamentais, aumenta as desigualdades e impõe uma corrida acelerada e esgotante em direção às mudanças. É esse grupo de questões centrais que, com seus desdobramentos, parece constituir o verdadeiro elo de ligação entre manifestações contestadoras tão singulares e heterogêneas no interior da agricultura e do rural do sul do Brasil³.

Na agricultura, são os processos de heteronomização da vida social e as crises relativas a esses processos que se encontram na base de toda aspiração de autonomia⁴. Isso acabou por romper uma certa coerência da exploração camponesa tradicional, através de três maneiras:

- i. da artificialização do trabalho camponês;
- ii. da profissionalização da atividade agrícola; e
- iii. da «setorialização» da agricultura em geral.

A artificialização se operou através de uma unificação, de uma padronização dos produtos agrícolas que, por sua vez, abriu caminho à especialização do

2 As idéias aqui expostas encontram aprofundamento em ALMEIDA (1993; 1999).

3 A pesquisa empírica que embasou esse trabalho foi realizada nos três estados do sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses estados representavam, em 1996, 6,75% da área e cerca de 20% da população brasileiras (FIBGE, 1996).

4 Toma-se emprestado de ILLICH (1973) o conceito de heteronomização, que na agricultura camponesa se traduz, em última instância, pela perda de sua capacidade de autoregulação. Seu sentido etimológico é aquele «que recebe do exterior as leis que regem sua conduta» (ao inverso do que é a autonomia). Esta palavra vem do grego «heteros» (outro) + «nomos» (lei).

agricultor fazendo dele um monocultor. Em se especializando, este se viu obrigado a vender o essencial de sua produção no mercado e, de maneira acessória, nele comprar sua alimentação e seus equipamentos. Concretamente, a profissionalização significou uma ruptura entre a vida fora do trabalho e aquela dentro do trabalho. Quanto à «setorialização», corresponde ao processo que viu se instaurar uma certa forma de mobilidade dos agricultores no interior do «setor» agrícola. Dito de outra forma, em razão da normatização e da estandardização, a atividade agrícola, a propriedade, o «local» e a «região» representam cada vez menos uma unidade pertinente do ponto de vista da produção agrícola. É portanto pelo viés desses três elementos do processo de modernização que a agricultura teria perdido sua capacidade tradicional de se autoregular.

Um tal processo de heteronomização da atividade agrícola camponesa provocou a explosão dos mecanismos tradicionais que articulavam os diferentes componentes do trabalho camponês, isto em benefício de novos modelos de coerência exteriores à atividade agrícola, e, em consequência, escapando em muito do controle do agricultor. Seja de forma individual ou coletiva, o agricultor viu reduzir a capacidade que tinha em harmonizar os fatores de sua produção.

Compreende-se assim porque a autonomia se encontra no centro das principais manifestações contestadoras em favor de uma agricultura alternativa ou diferente no sul do Brasil⁵, e também porque ela traça uma das vias essenciais na direção da possibilidade de um projeto alternativo de agricultura.

Mas quais são as reivindicações, proposições, experiências e aspirações que se desenham em torno dessa idéia de autonomia?

1. A autonomia camponesa ou a (quase) autarquia

Autonomia e trabalho

Por autonomia camponesa entende-se uma espécie de reivindicação-aspiração que se constrói no plano específico da produção. Esse fenômeno representa de uma certa forma um espaço de autonomia no interior da sociedade industrial em geral e da agricultura industrial e moderna em particular; um espaço limitado e aparentemente em não-expansão, mas talvez um pouco mais confortável que outros, mesmo que não constitua uma via maior de evolução para a economia e a sociedade.

5 Considera-se «alternativas» ou «diferentes» as agriculturas que têm características técnicas, econômicas, sociais, culturais de seus sistemas de produção – e mais amplamente de seus modos de vida – que correspondem a uma certa combinação da divisão do trabalho, ou a uma transgressão (em níveis variados) desta divisão tal como ela funciona hoje de maneira dominante. O sul do Brasil é a região onde a agricultura mais se desenvolveu nas últimas décadas, seguindo os pressupostos da “revolução verde”.

Certas sociedades como a brasileira permitem uma dilatação das margens do sistema formal e institucional. Isso revela ao mesmo tempo um aspecto negativo, a saber, a concentração do poder e, de outro, positivo, quer dizer, a possibilidade para muitas pessoas vivendo na marginalidade de encontrarem condições mais ou menos confortáveis para viver e trabalhar. Mas isso não acontece sem uma forte dependência em relação ao «centro». Parece que se trata aqui de uma forma de auto-organização da «periferia», que busca constituir uma via mais autônoma no interior do sistema econômico, em se dotando de certos níveis de liberdade e independência em relação ao esquema dominante e ao modelo clássico moderno de organização do trabalho. Aqueles que propõem esse tipo de autonomia pertencem a grupos sociais não tendo geralmente direito –ou tendo muito pouco– à palavra, mal organizados e em situação precária no plano econômico e material.

Essa autonomia camponesa, que se liga estreitamente ao trabalho, apresenta três dimensões essenciais:

- i. a busca, por parte do trabalhador-agricultor, de uma autonomia na sua estrutura de produção, através de uma combinação entre energia e informação, está sendo aqui entendida no seu sentido mais amplo, reagrupando as atitudes do agricultor e os conhecimentos necessários à produção;
- ii. uma autonomia baseada no espaço ou território específico, que permite um certo conhecimento e domínio da situação e que abre a possibilidade de invenção do próprio trabalho e da aplicação dos conhecimentos acumulados em um lugar determinado; e
- iii. a possibilidade de gerir o próprio tempo de trabalho segundo as diferentes modalidades, o que significa em última instância restituir ao agricultor a dimensão essencial da existência que é o domínio do tempo.

Essas três dimensões gerais da autonomia camponesa levam a definir, entre outros, alguns elementos ou condições que permitem o agricultor e sua família adquirir um ganho de autonomia:

- domínio de um saber camponês específico;
- conhecimento de certos instrumentos próprios de produção;
- a disponibilidade de um leque –o mais amplo possível– de opções de trabalho;
- a possibilidade de melhor organizar o tempo de trabalho, abrindo espaço para outras atividades específicas dentro da atividade (artesanato, prestação de serviços exteriores à unidade de produção, intermediação na comercialização-distribuição de produtos agrícolas, etc.);

- a possibilidade de trabalhar e de viver perto do lugar/local de origem, conservando as relações sociais e de vizinhança, algumas atividades fora do trabalho, de tempo para o lazer e as relações com os grupos e comunidades locais;
- um certo domínio do tempo e do lugar/local de trabalho; e
- um maior espaço de manobra na diversificação das atividades da família e no contexto da produção propriamente dita, afim de aumentar a autonomia de cada um dos membros familiares em relação à sua própria atividade.

Parece, portanto, que essas dimensões e condições da autonomia camponesa estão claramente em relação com um modo de trabalho pré-industrial, onde se pode encontrar as formas mais tradicionais de autonomia, aquelas que existiam já nos sistemas agrícolas pré-modernos. Nesta perspectiva, isto leva a admitir que o trabalho industrial representa, pelo menos aparentemente, uma perda de autonomia, e que sofre uma desagregação quando se compara ao trabalho tal como foi concebido antes. Ao se admitir isso, não se quer necessariamente dizer que essas proposições-aspirações e que essas experiências de autonomia camponesa sejam retrógradas. De fato, não se poderia negar que um tal sistema apresenta uma lógica interna que é dinâmica e por vezes eficaz do ponto de vista microeconômico e tecnológico quando comparada à matriz moderna; ao mesmo tempo, parece ter guardado certas características da tradição que a sociedade industrial, tal como se conhece hoje, apagou.

Um outro aspecto importante que se deve guardar é a dimensão de resistência. Quando se resiste, se admite implicitamente o princípio da inviolabilidade de um mundo ideal, puro, harmonioso e muito diverso ao mesmo tempo, mesmo que esta harmonia oculte certos fenômenos tais como a auto-exploração da mão-de-obra familiar, as condições de trabalho e de vida difíceis e por vezes desumanas, como também certas agressões ao meio ambiente. Além disso, convém acrescentar o seguinte aspecto: encontra-se provavelmente na presença de uma estrutura social fortemente inibidora e usando de um importante poder de controle (familiar e/ou comunitário), um aspecto que reforça a necessidade das unidades produtivas em se apoiar sobre um sistema (produtivo e comercial) capaz de assegurar aos agricultores uma integração mínima, ou pelo menos capaz de frear o processo de marginalização progressiva.

É justamente aqui que reside uma grande questão, que já está colocada aliás aos grupos e organizações de apoio e mesmo a muitos agricultores: se é certo que em caso de crise essas formas autônomas buscam resolver eficaz e localmente certos problemas, a necessidade de uma maior interrelação com o mercado moderno não acabaria, no caso de desenvolvimento e perenização da crise, por obrigar essas unidades de produção a abrirem seu sistema? Ou, ao contrário, a forte integração das indústrias entre elas, aliando-se a uma certa maleabilidade da pequena dimensão, não poderia ver se criar uma estrutura econômica resistente, susceptível de se

adaptar rapidamente às modificações do mercado, ao mesmo tempo que a diversificação das atividades no nível individual, familiar e comunitário permitiria uma reintegração acelerada em tempos de crise?

A atual situação da agricultura no sul do Brasil não permite ainda dar respostas a essas questões. O que se sabe é que essas experiências servem para alguns grupos e indivíduos resistirem em condições difíceis. Os agricultores que buscam experimentar esses sistemas mais autônomos estão de fato na busca de alguma coisa portadora de mais solidariedade e com a qual possam se identificar, ou seja, de um sistema que possa responder às suas tentativas pessoais de reencontrar a *coerência* do modelo camponês (MULLER, 1987), uma coerência que se perdeu ao longo do processo de heteronomização provocado pela modernização da agricultura, tornando-os estrangeiros ao sistema profissional dominante. O futuro está no entanto aberto a todas as esperanças.

Além de tudo isso, um fato ainda resiste intrigando muita gente em todo o mundo: é a capacidade que têm certas regiões marginais e pequenas unidades de produção agrícola de resistirem às crises, e com um pequeno custo social se comparadas a outras. Do ponto de vista territorial e estrutural, por se tratar de dinâmicas produtivas específicas, pode-se admitir que suas experiências constituem, sem nenhuma dúvida, uma busca de autonomia da «periferia», daqueles que se situam à margem em relação ao «centro» ou (sobretudo) ao sistema econômico dominante. Isto é válido quando se refere às explorações ou unidades de produção agrícola tomadas individualmente. Mas quando se avalia a autonomia dos indivíduos ou dos pequenos grupos mais globalmente, o caso se complica. Pode-se entretanto considerar que a medida que se amplia o leque das escolhas possíveis no interior de uma estrutura produtiva (claro está que esta escolha está intimamente ligada às possibilidades de mercado, quaisquer que sejam), o grau de autonomia também aumenta. Assim, quanto maior o número de atividades que se engajam os agricultores (até um certo limite, é claro) –por exemplo, nas atividades ligadas diretamente ao setor industrial, ao artesanato, ou mesmo propriamente agrícolas, comerciais ou de manutenção-conservação do meio ambiente–, mais se admite a hipótese que um grande nível de autonomia é atingido, em todo o caso dentro da estrutura familiar (desde que o equilíbrio entre as atividades seja uma das condições da estabilidade do microssistema).

Em bom número das unidades de produção analisadas, é justamente esta diversidade que ainda garante rendas familiares razoáveis, pelo menos suficientes para a reprodução da família. Por outro lado, é esta relativa pluralidade de fontes de entrada de dinheiro, mesmo que advinda mais seguidamente de atividades ainda propriamente agrícolas, através da policultura e da criação de animais, que assegura uma certa autonomia da família, ao grupo e a cada um de seus membros, da mesma forma que promove uma considerável integração entre algumas unidades de produção garantindo a solidariedade dos grupos concernentes e a autonomia de certas comunidades em relação ao exterior. Mas, como visto anteriormente, esta autonomia tende a se limitar no espaço e no tempo. A constante interação e

massificação das técnicas e tecnologias modernas vindas do exterior do sistema, e as relações seguidamente obrigatórias com o mercado formal, põem uma vez mais a questão se estes espaços mais ou menos autônomos no interior do campesinato estão fadados a se integrarem ao *status quo*, ou se permanecerão como são.

Parece evidente que além dessa relação direta e última com o trabalho e o espaço econômico, a noção de autonomia camponesa porta nela mesma outros sentidos não menos importantes: por exemplo, aquele da produção caseira, de um espaço de liberdade individual e familiar, de história, de comunidade cultural, política, etc. Esses sentidos correspondem a um conjunto de valores bem precisos que remetem ao território (lugar ou região específica), à terra, às raízes e à memória, ao patrimônio (cultural e material). Enquanto valores, esses sentidos se opõem àqueles de mobilidade, de mundo, de capital, mas são ao mesmo tempo um lugar de projeção, de projetos vivos para o futuro. Esse jogo de atores, de sentido, se realiza plenamente nas situações de crise ou, melhor ainda, na situação de «*acumulação de crises*» (MATHIEU, 1983). Esse fenômeno de ressurgimento da tradição não constitui um simples fato de linguagem, de moda ou de mobilização passageiras; é antes de tudo a expressão de uma manifestação que foi ocultada, relegada, tornada anacrônica pelas formas sociais e produtivas associadas aos hábitos de vida e à agricultura modernas. Essas expressões tradicionais são assim a manifestação de modos de reprodução de grupos sociais, e a transmissão de conhecimentos e práticas fundamentalmente diferentes, heterogêneas em vista das relações propriamente capitalistas⁶.

Sob tais formas, a autonomia aparece como um protesto contra uma tentativa de abafamento, um grito de raiva, por vezes mesmo de ruptura, justamente porque na maioria dos casos o agricultor foi envolvido, engolido pela força das coisas, especialmente naquilo que, mais ou menos de maneira confusa, ele associa à sua identidade (camponesa) e às práticas de vida e de trabalho que a ela estão ligadas. Nessas condições, os indivíduos e os grupos restarão sempre à margem do sistema global, mesmo que consigam criar um sistema à parte, construindo uma autonomia que não se situa plenamente no social, ou seja, que se coloque fora de todo projeto global de sociedade.

As tentativas de recuperação de tecnologias tradicionais e ancestrais parecem reforçar este enclausuramento nos espaços restritos e em pequenos grupos, e mesmo na família e em torno de si mesmo. Uma autonomia muitas vezes incapaz de superar o estágio individual ou micro-grupal encontra dificuldades para privilegiar o problema de sua relação com a sociedade no seu conjunto, assim como

6 É interessante assinalar, de passagem, que esses princípios foram reforçados pela vaga dos movimentos sociais surgidos na segunda metade da década de sessenta, acabando por influenciar toda uma camada de «neo-rurais» –cuja maioria passou pela etapa cidadina, onde trabalhavam ou trabalham ainda, e seguiram uma formação educacional secundária ou superior?, que se interessam pelas novas correntes de pensamento, pelas técnicas «brandas» ou «alternativas» e ao modo de vida camponês.

aquele de seu funcionamento próprio enquanto escolha de um grupo ou de uma comunidade. Neste contexto, a técnica e as tecnologias podem conduzir, na condição de serem discutidas de uma forma diferente daquela que está sendo hoje discutida, a questões que levarão os indivíduos a refletirem sobre a heteronomia global de um lado, e sobre as autonomias locais de outro. Entretanto, essas outras maneiras de colocar a problemática tecnológica parecem se circunscrever em um projeto maior de sociedade preocupada em colocar o progresso técnico a serviço das necessidades reais da humanidade, em particular nas regiões e nas situações mais carentes, tais como aquelas que concernem a pequena produção familiar agrícola no Brasil.

Estratégias para a autonomia

Para os diferentes tipos de autonomia determinados/identificados, procura-se também alguns casos empíricos tirados de experiências concretas de agriculturas diferentes no sul do Brasil. Essa observação permitiu posteriormente identificar os principais componentes daquilo que são estratégias para uma maior autonomia no meio social agrícola e rural brasileiro. Em alguns casos, elas remetem à uma concepção mais ampla do *métier* e da profissão de agricultor, na medida que não se limitam à atividade agrícola tradicional, ou pelo menos àquela que difundem os principais organismos públicos e privados de enquadramento técnico e econômico.

Classifica-se as estratégias segundo seus grupos e traços elementares. Disso resultam dois outros espaços de autonomia – vistos logo a seguir –, que se acrescentam àquele da *autonomia camponesa*: aquelas estratégias que correspondem, de um lado, ao que se chama de *autonomia-solução* e, de outro, à uma *autonomia com traços predominantemente políticos*. Insistimos no fato de que essas autonomias específicas não são nem impermeáveis, nem perfeitamente delimitadas. Elas misturam-se, entrecruzam-se, podendo-se encontrar em uma elementos de outra. De uma maneira geral, o agricultor-tipo é o pequeno agricultor empobrecido, vivendo seguidamente em relativo isolamento, praticando na esfera familiar diversas atividades agrícolas (em geral não especializadas e de policultura) e outras que não são propriamente agrícolas, e buscando, pelo menos em princípio, um melhoramento da renda e a viabilidade econômica de sua atividade.

Esses agricultores visam habitualmente estratégias que se concretizam de maneira ambígua, pois tendem tanto a se opor ao modelo agrícola dominante como também a nele se integrar. Em todo o caso, o que parece evidente é que eles se esforçam incessantemente para atingir uma coerência no processo moderno de produção e reabilitar a pequena atividade agrícola enquanto um lugar/espço de coerência social. Essas estratégias camponesas são uma recombinação do que foi dissociado do exterior pela divisão do trabalho. Trata-se de uma transgressão dessa setorialização, do uso de subterfúgios dentro da divisão do trabalho, dentro das especializações que são impostas aos agricultores.

Divide-se as estratégias dos pequenos agricultores segundo alguns grandes eixos (entrecruzados), a saber:

- buscam ultrapassar a ruptura entre as funções de produção e aquelas de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas; as tentativas de produção de produtos caseiros e de comercialização direta pelos pequenos grupos (associações comunitárias, mini-cooperativas) parecem ser um bom exemplo, e pode-se dizer que essas estratégias induzem a uma intensificação e a uma diversificação das atividades produtivas no interior das unidades de produção;
- são caracterizadas por um procedimento que consiste às vezes em transgredir a ruptura/clivagem entre o agrícola e o não-agrícola; mesmo que no sul do Brasil ainda não seja uma atitude comum, já se observam agricultores que buscam resolver muitos de seus problemas através da produção de produtos que não são especificamente alimentares, ou ainda através de uma outra atividade (na unidade de produção ou fora dela), sem com isso abandonarem a atividade agrícola, isto feito com o objetivo de trazer um complemento de renda (por exemplo, o trabalho como mecânico, carpinteiro, na fabricação de tijolos, o artesanato, etc.);
- os agricultores tentam incorporar novas produções ao seu sistema tradicional, com uma diversificação que passa por vezes por um amplo leque de produtos, visando assim a se assegurarem de entradas de dinheiro ao longo do ano (por exemplo, a combinação de atividades/cultivos como a criação de porcos, de galinhas, a piscicultura, os produtos hortícolas);
- essas estratégias de conduta da pequena unidade de produção vão enfim, quase sempre, na direção de uma integração das atividades agrícolas à vida familiar; assim é que a mulher se ocupa geralmente das vacas leiteiras, da manutenção do lar e na ajuda quando das colheitas, as crianças dão ajuda ao pai ou à mãe, segundo o sexo, e o agricultor-chefe assegura geralmente a ligação entre os mercados externos.

Acrescenta-se um quinto e sexto eixos estratégicos marcantes no caso brasileiro. Um diz respeito à tentativa de recuperação de tecnologias e de procedimentos mais tradicionais visando a uma melhor adaptação da mão-de-obra disponível às condições de trabalho, um maior respeito ao meio ambiente (sobretudo entre aqueles cuja sensibilidade ecológico-ambientalista atinge um grau elevado) e um aumento das rendas familiares. Um outro que trata da busca incessante de uma auto-organização, desembocando em um sistema legítimo de solidariedade e de identidade que empurra os agricultores de maneira objetiva a se associarem em grupos, cooperativas ou associações de caráter comunitário, para fazer frente às dificuldades

crescentes da produção, da comercialização e da vida no meio social rural. As formas mais cristalizadas de cooperação são hoje no sul do Brasil as dos assentados, dos cooperantes reagrupados em núcleos reduzidos (associações para a comercialização, para a compra de insumos, para a discussão técnica, etc.) e das cooperativas tradicionais que buscaram uma reabilitação no interior do processo de modernização agrícola.

Estratégias típicas para a autonomia camponesa

Eis o perfil do agricultor-camponês do sul do Brasil:

- vive e trabalha com sua família (geralmente com muitos membros) em uma parcela de terra reduzida, seguidamente insuficiente para responder às exigências de sobrevivência, e situada sobre solos acidentados, pobres e esgotados pelo uso intensivo e pelo emprego pouco freqüente de nutrientes;
- é pobre mas geralmente pouco individado, fazendo reduzido uso do crédito agrícola;
- planta e cria «um pouco de tudo», com uma integração muitas vezes bem sucedida da policultura e da criação de animais, o que lhe permite produzir suficientemente para seu consumo interno e mesmo vender os excedentes;
- quanto às tecnologias, utiliza geralmente aquelas que foram transmitidas de geração à geração, de pai para filho, com entretanto algumas inovações tornadas possíveis graças ao baixo custo e sua fácil compreensão e utilização;
- é pouco assessorado/orientado pelos organismos públicos ou privados de enquadramento técnico;
- seus meios de trabalho (máquinas, equipamentos, etc.) são mais escassos e geralmente precários, fazendo com que recorra em larga medida à força manual e à tração animal (arado de bois, colheita à mão, cuidado dos animais, etc.);
- vive em pequenas comunidades, geralmente em torno de uma paróquia (geralmente católica ou luterana no sul do Brasil), sob uma influência religiosa muito presente;
- quando interrogado sobre sua situação econômico-financeira e seus modos de vida, queixa-se de ser pobre e explorado, da falta de conforto, do fato que está cada vez mais difícil viver da (e na) agricultura (sobretudo por causa da instabilidade climática que prejudica a produção, do baixo preço dos produtos

e dos altos preços dos insumos); mas se glorifica, em revanche, de ter permanecido um produtor autônomo, mais ou menos independente, fazendo aquilo que melhor lhe parece e produzindo quase tudo o que a família necessita;

- tem a tendência, paradoxalmente ao que foi dito anteriormente, a pensar que, nessas condições, trata-se de uma das melhores opções de vida, reafirmando sua pouca atração pelas coisas da «cidade grande»;
- por estar pouco endividado sente-se em condição de maior viabilidade econômica e social se comparada àquela na qual encontra-se a maioria dos agricultores e mesmo certos habitantes das cidades (faz seguidamente referência a algum amigo ou parente tendo abandonado ou perdido sua propriedade e tentado novas chances na cidade grande);
- alimenta uma grande ambição: ganhar um pouco mais de dinheiro para comprar um outro pedaço de terra (esta idéia surge seguidamente um pouco antes dos filhos atingirem a idade adulta e/ou de casamento);
- ambiciona modernizar-se investindo um pouco mais no melhoramento dos solos, na qualidade animal (geralmente para a produção leiteira e na criação de porcos) e na compra de algumas máquinas e equipamentos suscetíveis de aliviar o esforço físico das tarefas cotidianas;
- crê que, para vencer a crise atual, é preciso lutar por um ganho de autonomia em relação a tudo que é externo à unidade produtiva, bem como diversificar a produção;
- enfim, pensa que o mais importante na vida é o trabalho familiar, guardar a fé em Deus e continuar a trabalhar e viver em cima de sua terra.

2. A autonomia-solução

A autonomia-solução está geralmente associada a um estado de crise e de desagregação dos subsistemas sociais, em particular do econômico. Enquanto solução, não é entretanto a regulação do problema da falta aparente de sentido social que sofre atualmente a sociedade, do problema da autonomia do econômico -consequentemente este esboço de autonomia não seria a constituição de um pré-projeto para a sociedade futura. Na verdade, em muitas de suas características e pontos, participa de fato do impasse da atual sociedade: é justamente o produto de uma fragmentação, de uma pulverização, ou talvez da ausência de modelo bem definido de sociedade. Essas práticas fragmentadas de autonomia não estão em relação de oposição com seu contrário, a saber, a unidade, a coerência e o interesse

geral que pretende encarnar o estado; ao contrário, essa reivindicação-proposição de autonomia comporta a fusão da «crise» e a sua «solução», uma fusão que fornece um componente instável porque incompletamente fechado em si mesmo. Se essa proposição de autonomia não sugere um projeto social futuro, pelo menos induz a um processo de transformação que poderá se mostrar incompatível com a eternalização do impasse atual.

Trata-se, além disso, de uma reivindicação por uma maior democratização do Estado e de seu sistema político de representação, de uma luta por políticas públicas capazes de responder aos interesses imediatos de certos grupos e categorias sócio-profissionais.

O investimento no econômico comporta no entanto uma dimensão política, por mais difusa que seja: os indivíduos e grupos experimentarem pequenos ajustes dentro do econômico, tentando fazer frente às dificuldades e contratempos no plano econômico.

De maneira um pouco mais abstrata, esse tipo de proposição-aspiração de autonomia indica um processo indefinido de fragmentação do social, segundo múltiplas linhas de fracionamento, onde é difícil reconhecer um ator social privilegiado (indivíduo, grupo, classe, etc.), assim como práticas legitimadas *a priori*. No lugar disso, evidencia-se cada vez mais um espaço de organizações (de agregados) e de conflitos, um campo de enfrentamentos mais ou menos indefinido e infinito. Esse processo não poupa nem mesmo o indivíduo: ele não anuncia nenhum princípio de recomposição e não afirma a proeminência de nenhuma luta verdadeira, nem de nenhum grupo. Ao contrário, a par as freqüentes decepções que os indivíduos e grupos conhecem dentro de suas relações com o estado, com os parlamentos e outras instituições, a representação e a resolução dos conflitos não parecem mais se resolver nesse nível de transcendência.

Decorre disso tudo que o exercício da oposição, da contrariedade visualizada socialmente tende a se dissolver nas experiências reguladoras de um mercado, ou na auto-regulação dos conflitos pelos próprios grupos e indivíduos, pela busca de soluções *in loco* e de forma imediata para seus problemas de produção (ver, por exemplo, as diversas tentativas de relacionamento de grupos e indivíduos com o mercado, através dos produtos diversificados, dos *labels*, de “nichos de mercado”. e as experiências próprias de produção de tecnologias e práticas diferentes a partir de centros de experimentação e pesquisa agrícolas), mesmo que esses grupos e indivíduos concernentes nunca cessem de admitir a participação de uma administração superior nas relações de força. Dentro de um tal processo, a autonomia buscada exprime, em um mesmo movimento, a capacidade para um indivíduo ou grupo específico de constituir um pólo de resistência a certas imposições (às políticas públicas, por exemplo) e, no extremo, uma resistência ao próprio poder. Ao mesmo tempo, é a maneira que encontram certos indivíduos para constituir um modo de produção e de governo próprios, suscetíveis de articular a intervenção administrativa pública e suas iniciativas, pessoais ou de grupo, sempre se esforçando em conservar sua autonomia.

Perdendo confiança nos quadros coletivos e sociais, em se tratando de instituições, de organizações, de sistemas de representações mentais e ideológicas, as pessoas tentam então resolver seus problemas localmente, individualmente ou em pequenos grupos, visto que lhes parece impossível resolvê-los coletivamente e em grande escala. Daí a tendência a se desenvolver uma forte autonomia individual e de grupo, onde as pessoas buscam dominar o máximo possível a conduta de sua vida no cotidiano. Mas uma tal autonomia reivindicada-proposta não se configura necessariamente em uma ideologia, em uma ambição confessa ou em um projeto deliberado; ela é, talvez, uma espécie de margem de segurança que as pessoas experimentam visando retomar o fôlego, esperando que a crise passe. Nesse sentido, esse tipo de autonomia corresponde mais a uma tática de espera.

A auto-organização com objetivo econômico

Esses tipos de experimentação social, que se manifestam particularmente em escala ainda reduzida, assumem geralmente no sul do Brasil a forma tanto de cooperativas (de trabalho e/ou de produção e/ou de comercialização) de tamanho variável⁷. Reagrupam-se em diversas categorias e segmentos de produtores, assim como em associações e grupos que continuam ainda hoje a exercer um forte poder de atração, mesmo mostrando sérios limites, em uma sociedade regida cada vez mais por uma economia de mercado que tende a discriminar as pequenas estruturas. Essas experimentações, algumas vezes muito heterogêneas, misturam uma militância defendendo a gestão microeconômica e a proteção do meio ambiente, os projetos de diversificação agrícola, de trabalho (semi-)coletivo ou de ajuda, a busca de fontes de energia renováveis, etc.

Essas formas de experimentação e de cooperação social e econômica possuem em comum, grosso modo, as características gerais seguintes:

- i. nascem seguidamente fora da estrutura institucional (mesmo se certas delas funcionem ainda essencialmente graças a um financiamento estatal);
- ii. conservam uma certa autonomia de concepção e gestão; e
- iii. propõem-se a colocar em prática modos de trabalho, de produção, de comercialização e de convivialidade inovadores e diferentes daqueles dominantes.

⁷ O termo *experimentação social* é utilizado por um grande número de atores e analistas sociais para designar as experiências levadas a efeito no plano social (e produtivo) e cultural, mesmo que às vezes de forma ainda pouco estruturadas e não seguindo um rigoroso processo de acompanhamento e de análise. No plano científico, serve para designar a verificação minuciosa e de longo termo de hipóteses de trabalho.

Mesmo que, em princípio, esses indivíduos e grupos tenham fixado como meta principal agir e sobreviver segundo uma estrutura diferente daquela que corresponde à economia de mercado, e ao mesmo tempo se afastar das políticas públicas, até o presente ainda não conseguiram afirmar suas práticas enquanto opção verdadeiramente alternativa de produção agrícola. Tem-se exemplos múltiplos, desde as pequenas e médias cooperativas de produção e comercialização, que se encontram estreitamente ligadas aos mercados convencionais à montante e à jusante da produção, até os agricultores orgânicos ou ecológicos em busca de mercados alternativos, ainda que não tenham conseguido, na sua maioria, tomar distância em relação aos mercados convencionais (em alguns casos, o agricultor que vende um produto orgânico ou ecológico vende também, paralelamente e de maneira complementar, produtos oriundos da agricultura convencional). Entre esses dois situam-se os grupos de assentados da reforma agrária que, para atingir o mais rápido possível uma situação econômica satisfatória, que diminua as dificuldades que enfrentam habitualmente e permitam afirmar suas experiências de assentamento, integram-se totalmente (e às vezes de maneira pouco crítica) aos mercados convencionais, mesmo que para isso tenham que se livrar, no curto ou médio prazo, de certas experiências alternativas de produção e comercialização.

Todos buscam de uma maneira ou de outra, e segundo sua situação de descapitalização, o financiamento de parte ou da totalidade de suas atividades. O Estado vê com bons olhos este tipo de iniciativa, como no caso das cooperativas e das associações de assentados, visto que, frente às condições falimentares atuais das políticas públicas, esta parece ser uma maneira de se descompromissar financeiramente –pelo menos parcialmente– com esses grupos. Paralelamente, o estado continua a «dar as cartas» no sentido da normatização dessas formas novas de produção, através de outras políticas que não passam necessariamente pelo crédito e a tecnologia.

Essas iniciativas associativas buscam na verdade preencher um vazio deixado pelas políticas públicas, sempre guardando suas reais capacidades de integração ou, ao contrário, de resistência ao padrão dominante⁸. Pelo seu aparente descompromisso, o estado e seus organismos de representação admitem implicitamente sua incapacidade para atender às necessidades desses grupos, mas estes continuam buscando seus interesses segundo as relações de força do momento.

8 A utopia de uma sociedade socializada pela generalização da estrutura cooperativa está hoje praticamente abandonada e esquecida, mesmo entre aqueles pioneiros do cooperativismo no sul do Brasil. O movimento cooperativista tradicional, mesmo que ainda forte no Brasil e tendo, em algumas de suas formas e tentativas, apresentado imagens precisas de uma nova organização social, representa atualmente somente uma fraca parte da economia global. Seu poder de expansão-generalização, por diferentes razões de caráter econômico-financeiro, social e político, mostrou-se pouco eficaz.

Algumas estratégias de autonomia-solução

Essas estratégias guardam um certo número de elementos comuns aos da autonomia camponesa, distinguindo-se fundamentalmente desta no que se refere à categoria social dos atores e de sua integração-relação com o mercado. Diferenciam-se igualmente segundo o «modelo» ou tipo de agricultor e de agricultura em questão. No interior do universo empírico, podemos caracterizar as estratégias de autonomia-solução (ou propriamente produtivas) em função de três tipos essenciais de agricultores e de agriculturas: o agricultor individual, o assentado organizado em trabalho (semi-) coletivo e o agricultor orgânico ou ecológico. As características fundamentais de cada um desses grupos são apresentadas a seguir⁹.

O agricultor individual

- trabalha individualmente;
- recorre amplamente à mão-de-obra familiar e, em alguns casos, à contratada em períodos determinados;
- tem uma agricultura pouco diversificada, tendendo à monocultura;
- produz em primeiro lugar para responder ao mercado;
- a superfície de terra é geralmente suficiente para satisfazer as necessidades familiares;
- utiliza um bom número de tecnologias e de práticas ligadas à agricultura intensiva convencional;
- é bem integrado em uma estrutura de comercialização, em geral pequenas e médias cooperativas ou empresas privadas;
- tem boa estrutura em termos de máquinas e equipamentos, por vezes mesmo de maneira não-proporcional;
- apresenta relativa preocupação com a conservação dos solos, mesmo que ainda não coloque em prática técnicas eficientes e freqüentes de conservação dos mesmos;
- predomina a racionalidade econômica.

9 Esta é uma tentativa de generalização de tipos de agricultores no universo da pesquisa empírica que embasa esse trabalho. Reconhece-se no entanto uma multiplicidade de tipos intermediários, mostrando a grande diversidade de agricultores.

O agricultor assentado da reforma agrária

- privilegia o trabalho em grupo para vencer as dificuldades estruturais e conjunturais;
- recorre fundamentalmente à mão-de-obra familiar;
- tem uma agricultura diversificada, procurando um ou dois cultivos e formas de criação que aporte o essencial das rendas para a viabilidade do grupo e do assentamento;
- produz primeiro para a subsistência, sem deixar de atender no entanto as demandas do mercado externo;
- tem ainda um fraco conhecimento do mercado; tem estrutura e circuitos de comercialização ainda mal adaptados, resultado de um certo desconhecimento das regras e condições do mercado;
- possui superfície de terra geralmente insuficiente (conseqüência direta da política de reforma agrária), sendo essa uma das principais motivações para o trabalho em grupo;
- combina um conjunto de tecnologias tradicionais e modernas (tende geralmente a abandonar certas técnicas e práticas tradicionais em benefício de outras mais modernas, garantindo uma melhor produtividade);
- tem estrutura de máquinas e de equipamentos insuficiente, outro fator determinante que conduz os agricultores a se reagruparem para sua compra e utilização;
- a sensibilidade ambiental e ecológica é um pouco mais desenvolvida que a média dos pequenos produtores agrícolas; apresenta princípios ambíguos quando o agricultor encontra-se frente a certas práticas mais produtivas, teoricamente mais lucrativas e muito prejudiciais ao meio ambiente;
- predomina a racionalidade econômica, mas o social e as relações humanas assumem importância e acabam por influenciar essa racionalidade (= racionalidade econômica mitigada).

O agricultor orgânico ou ecológico

- trabalha individualmente;
- recorre essencialmente à mão-de-obra familiar;

- tem uma agricultura diversificada, dependendo do estágio de transição ou conversão das práticas: parte orgânica ou ecológica, parte convencional, privilegiando um ou dois produtos para a venda;
- produz para a subsistência e vende nos mercados orgânicos ou ecológicos e tradicionais;
- possui ainda um fraco conhecimento dos dois mercados; começa a tomar conhecimento das novas exigências do mercado orgânico ou ecológico e se adaptar a elas;
- possui superfície de terra muito reduzida, geralmente insuficiente para responder às necessidades familiares;
- começou a modernizar seu processo produtivo mas o interrompeu por uma razão ou outra; tende a utilizar um conjunto de técnicas e de procedimentos que qualifica de orgânicos e ecológicos, centrados no uso de compostos e o não-uso de pesticidas;
- tenta acessar um mercado de produtos orgânicos ou ecológicos ainda em fase de constituição e organização; faz parte de associação de produtores encarregando-se da comercialização (em geral de forma direta);
- possui estrutura insuficiente em termos de máquinas (frequente associação para sua compra e utilização);
- a sensibilidade ecológica está muito ligada à venda de um produto diferenciado; esta sensibilidade tem relação com os agrotóxicos e solos muito erodidos;
- predomina a racionalidade econômica; a preocupação em constituir uma marca (*label* ou selo) orgânico e ecológico e concretizar um mercado ecológico alternativo é forte.

No que diz respeito especialmente à noção de autonomia, as três estratégias convergem para uma só via: visam fundamentalmente vencer –ou pelo menos amenizar– uma crise (geralmente econômica). São estratégias que buscam incessantemente depender menos de insumos, do crédito e viabilizar uma estrutura mais estável de comercialização dos produtos agrícolas.

3. A autonomia política

Trata-se de uma autonomia que se julga capaz de articular o econômico *sobre e no* interior do político e do social, em condições onde a modernidade obriga pelo

menos a se interrogar, em última análise, sobre o dogma todo-poderoso de um mercado puramente econômico e também visto enquanto entidade político-econômica. Essa idéia de autonomia política se coloca em reação à doutrina que representa a economia como um sistema fechado sobre si mesmo, comportando somente elementos econômicos e obedecendo exclusivamente a leis econômicas. Essa reflexão econômica acabou por influenciar a reflexão política que distingue o estado da sociedade civil, a esfera pública da esfera privada, o cidadão do produtor-consumidor, a igualdade político-jurídica da desigualdade social. A autonomia política exprime por conseguinte uma reivindicação de poder por parte da sociedade civil frente aos organismos públicos e políticos dominantes. Nessa perspectiva, parece portanto essencial que seja retomado o diálogo entre o econômico de uma parte, e o político e o social de outra; dito de outra forma, que seja politizado e resocializado o econômico¹⁰.

O projeto ideal de autonomia política articula-se com a crítica da sociedade industrial, e é sobre esta base que se propõe a oferecer um modelo global de sociedade, comparável –mesmo que se opondo em muitos pontos– a duas grandes ideologias da era industrial: o liberalismo e o socialismo. Trata-se, portanto, mesmo que ainda não apareça perfeitamente verificável, de uma tentativa de apreensão da realidade social.

É possível antever uma hipótese simples quanto à natureza do que seria esse projeto de autonomia, através do que VAN PARIJS (1991) chama de «*triângulo de KOLM*»¹¹. Tem-se, portanto, um triângulo equilátero no qual podem ser colocados os tipos de sociedade existentes e/ou possíveis. Cada um dos três ângulos representa a proporção de atividades produtivas de uma sociedade ou, mais geralmente, a proporção do tempo que seus componentes dão, respectivamente, à esfera estatal, à esfera mercantil e à esfera autônoma, esta última sendo definida pela negação parcial ou total das duas outras. Os tipos puros, a saber, aqueles de sociedades integralmente estatais, mercantis ou autônomas, correspondem sem nenhuma dúvida a casos/tipos ideais. É importante no entanto ressaltar que uma mesma atividade pode conectar-se, em níveis diversos, às três esferas ao mesmo tempo. É o que parece se produzir por exemplo quando em relação às experiências de cooperação agrícola: estas são mais autônomas e menos mercantis quando compa-

10 Trata-se aqui de uma tarefa árdua. A tendência atual é de desocialização das esferas do social, tendo o econômico já atingido um estágio de plena desocialização. Isto é o que faz BAREL (1985) afirmar, por exemplo, que, paralelamente ao fenômeno de repolitização da economia, assiste-se a uma despolitização do social, ou seja, a um recuo e a um enclausuramento no microssocial, a um distanciamento cada vez mais acentuado dos indivíduos e dos grupos em relação aos grandes movimentos coletivos. Desde então, a repolitização da economia e a despolitização do social aparecem, pelo menos em parte, como sendo as duas facetas de um mesmo processo.

11 Este autor baseia-se em certas idéias do economista S.C. KOLM concernente à *Economia da Reciprocidade Geral*, reinterpretando algumas de suas categorias analíticas. Pode-se encontrar outras trilógias semelhantes em autores como A. GORZ, K. BOULDING, D. FRIEDMAN, I. SACHS, R. LEROY.

radas com uma empresa capitalista tradicional –em especial no caso dos pequenos produtores agrícolas e os assentados da reforma agrária, e muito menos no caso da maioria dos agricultores da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda, a Cotrijuf–, ao passo que uma associação de cooperação entre agricultores, ou ainda uma ONG, serão menos estatais que um órgão público de enquadramento técnico-agrícola. Não se pode confundir atividades autônomas (que se auto-regulam e não se deixam reger pelo mercado ou pelo estado) e atividades «autotélicas» (aquelas que têm um fim em si mesmo, não se deixando dirigir por um fim exterior).

Essa representação da autonomia tem um mérito: rompe com a dualidade, representada ao longo de um diagrama horizontal, que tem, de um lado, «mais estado» e, de outro, «mais mercado», dualidade em vigor até os dias atuais no debate político. Isto conduz necessariamente à tomada de consciência da dimensão vertical, pela qual se pode considerar que as visões liberal e socialista (com suas variantes) implicam na importância relativa do mercado ou do estado não somente em detrimento um do outro, mas também em detrimento da esfera autônoma. Ao admitir um terceiro pólo, simétrico aos outros dois, promove-se obrigatoriamente as atividades mais autônomas, em detrimento desta vez das atividades mais estatais ou mercantis, em níveis variados segundo as práticas sociais propostas ou colocadas em prática. Certas proposições caminhariam assim na direção do pólo autônomo, em particular no caso da agroecologia e da ecologia política.

A autonomia pura resta então um ideal a ser atingido. Isto quer dizer também que essas idéias e os atores que as portam reconhecem em certa medida que a otimização exige uma combinação perfeita (e ideal) dos componentes mercantil, estatal e autônomo. Esse verdadeiro ponto de equilíbrio não foi encontrado, e, quando se olha as experiências praticadas na agricultura, ainda não está perto de acontecer. Mas isso não impede essa visão de autonomia específica de se distinguir das posições liberal e socialista (mesmo que sofra ainda certas influências de uma e de outra), assim como a liberal se distingue claramente da socialista. A diferença fundamental reside no fato de que a posição da autonomia política não conseguiu ainda implantar de maneira efetiva suas experiências e suas formas de produção e de vida, porque ela se encontra em uma fase inicial de seu projeto. Uma outra questão está ainda em suspenso: saber se ela conseguirá um dia se afirmar enquanto posição realmente autônoma e fortemente oposta às outras.

À vista das idéias de autonomia política, seria um pouco simplista e redutor restringir o futuro das sociedades complexas no interior do dilema «mais ou menos estado», ou «mais ou menos mercado»¹². Mesmo que se encontre tais raciocínios entre alguns atores e grupos que idealizam esse tipo de autonomia, pode-se grosso modo concluir que esses atores se voltam na direção de um dilema mais amplo e

12 ROSANVALLON (1981) propõe por exemplo, que seja ultrapassada a clivagem estatização-privatização, afim de possibilitar uma maior flexibilidade da atividade econômica e de uma certa desburocratização do estado, em favor do reconhecimento de uma autonomia mais acentuada das pessoas e dos grupos.

menos redutor, que pode se traduzir através da divisa «menos estado, menos mercado... e mais sociedade». Mais sociedade significaria dar ao social e às relações que se desenvolvem no seu interior uma maior importância; permitir que as relações humanas assumam verdadeiramente o controle da sociedade, *deslocando o centro da produção de sentido do estado ou do mercado*, indo na direção da sociedade civil e dando também a essa sociedade o máximo de oportunidades para que possa, acima dos conflitos, elaborar as concepções que devem alimentar a intervenção do (e no) político, formando assim uma autêntica «sociedade relacional» e, por este fato, auto-regulável. Em um tal espaço, ver-se-ia então as noções de *coletivo*, de *solidariedade*, de *participação social*, de *justiça social* ganhar suas verdadeiras dimensões; em suma, um espaço onde as noções de democracia e de cidadania assumiriam seus plenos sentidos. Disso poderia resultar um melhoramento sensível da qualidade de vida, graças a uma densificação das relações de vizinhança, de grupo de trabalho, de vida e de lazer, graças também a uma menor concentração da população nos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, no relachamento da influência que exerce a esfera heterônoma a qual se encontra associada às formas dominantes atuais de vida moderna. A noção maior de autonomia poderia então se revestir de uma outra conotação que, segundo BAREL, é aquela de resposta indutiva (ou mesmo de contraponto) frente ao vazio social.

Este projeto de autonomia estabelece uma ligação estreita com os limites do crescimento e das noções a ele ligadas. Mas uma questão ainda resiste, a de saber sobre qual realidade esse projeto prevê se apoiar. A resposta já está dada em parte: se o produto nacional bruto (PNB), expresso em termos reais –pelo qual é identificado globalmente o progresso e o crescimento– não é outro senão um produto da esfera heterônoma, compreendida como um conjunto de bens e serviços produzidos pelo (e para) o mercado ou no quadro do estado, torna-se claro que o tempo dispensado nas esferas mercantil e estatal deverá se reduzir e, por via de conseqüência, a importância da esfera autônoma deverá aumentar.

Dentro de tal contexto, os limites do crescimento oferecem uma oportunidade que é preciso aproveitar, imaginando as medidas e estratégias, organizando um movimento que torne possível e realizável o que se mostra para muitos ao mesmo tempo objetivamente necessário e subjetivamente desejável. É nesse espaço que deve se desenvolver o projeto de autonomia política, um espaço onde esta é pensada como uma das modalidades de relação entre os organismos, esses sendo geralmente organismos de poder; uma modalidade que se poderia chamar social, ou seja, um conjunto particular de indivíduos ou de grupos de uma parte, e as práticas de outra, e ambos se encontrando em contato com os códigos de organização mais gerais. A proposição-aspiração de autonomia política, a par seu ideal próprio, possui idéias e a palavra para aquilo que parece único na vida de muitas pessoas, fugindo assim da normatização excessiva e de certos obstáculos sociais.

Onde estão as idéias, experiências e proposições de autonomia política?

As reivindicações, proposições e aspirações suscetíveis de configurar uma autonomia propriamente política são aquelas que levam mais longe o princípio de transgressão das clivagens impostas pela divisão do trabalho heterônomo na agricultura moderna, pelo fato de tentarem colocar em prática experiências coerentes com esse princípio de ruptura. É também através dessas tentativas de autonomia, mesmo que ainda sejam, na sua maior parte, embrionárias, que começa a surgir hoje mais claramente uma outra noção que os atores se esforçam em imprimir ao seu ofício de agricultor: é através dessa concepção de autonomia que se afirma com força a imagem do agricultor alternativo, polivalente, solidário, ecológico e ambientalista, pouco «profissional» se comparado à imagem do agricultor moderno, preocupado em colocar seu trabalho na perspectiva mais ampla e de ver o progresso, a tecnologia e o desenvolvimento sob outro ângulo. Essa nova imagem—ou identidade—que aspira o pequeno agricultor (geralmente familiar) se opõe fundamentalmente àquela do agricultor ou produtor agrícola especializado, praticando geralmente poucos (ou um só) cultivo, profissionalizado («produtor» ou «empresário rural»), verticalizado, modernizado e perfeitamente integrado ao mercado.

As tecnologias (alternativas) constituem um elemento primordial das estratégias visando à autonomia política, transformando-se propriamente no seu núcleo de base. Se por um lado a evolução técnica e econômica permitiu seguir um processo de identificação que conduziu certos grupos e atores sociais ao desenvolvimento de estratégias de poder (os empresários agrícolas modernos, por exemplo), por outro a recuperação de tecnologias e procedimentos produtivos tradicionais, aliada a uma adaptação-inovação tecnológica, permite hoje outros grupos desenvolverem estratégias de autonomia. Trata-se de uma perspectiva podendo conduzir à

«reorientação dos sistemas produtivos e a repensar a questão tecnológica em função do fortalecimento da capacidade econômica e da autonomia dos pequenos agricultores, para que eles possam melhor resistir às pressões econômicas e sociais que tendem a lhes marginalizar e lhes fazer perder sua condição própria de agricultor-produtor» (CETAP, 1986).

É nesse contexto que surgiu a noção de «tecnologias socialmente apropriadas», cujas características vão da grande adaptabilidade às particularidades dos meios sociais e dos conhecimentos técnicos ao fraco nível de investimento que requerem. Essa é, no fim das contas, uma questão fundamentalmente política na medida que coloca (ou tenta colocar) em cheque, independentemente de sua eficiência e de sua coerência potenciais, uma certa estrutura de poder, criticando a dominação de um saber científico e tecnológico; na medida também que toca diretamente na natureza das relações sociais e sua repercussão nas condições de vida e trabalho dos agricultores, nos níveis de concentração da renda e da terra.

No caso da organização não-governamental Centro de Tecnologias Alternativas Populares —CETAP—, com sede na região do Alto Uruguai (no estado do Rio Grande do Sul), é a idéia de uma *nova agricultura* que se vê reforçada, pela busca

de condições socioculturais, técnico-econômicas e ecológicas que visem a «*eliminar os problemas sociais e ambientais negativos próprios às formas atuais de produção agrícola*» (AS-PTA/CETAP, s.d.). A autonomia proposta, mesmo que assuma uma dimensão mais política no quadro das proposições e experiências praticadas, sobretudo quando especificada por documentos ou nos discursos, é aquela que permitiria «*reduzir a dependência das propriedades agrícolas das tecnologias externas, dos insumos e dos instrumentos de trabalho*», isso através da valorização e da difusão de técnicas e experiências próprias dos agricultores; encorajando a formação e o treinamento desses últimos, e também a troca de experiências; melhorando e integrando a produção de meios e insumos dentro da produção; produzindo localmente a maior parte de alimentos... tudo isso partindo de uma reavaliação e de uma reorganização do trabalho, da comercialização e da industrialização (AS-PTA/CETAP, s.d.).

Através de uma rede nacional de ONG, coordenada pela Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA), no Rio de Janeiro, o CETAP busca retomar e sistematizar um certo número de experiências tecnológicas e de organização social da produção vividas e experimentadas pelos próprios agricultores e suas associações. A entidade procura identificar, além disso, os seus pontos de estrangulamento, suas demandas, promover a troca de experiências tecnológicas tidas como viáveis para a pequena propriedade, e habilitar técnicos e agricultores para a utilização de técnicas alternativas e agroecológicas.

Quanto à experimentação e à pesquisa, estas se efetuam no interior de um espaço físico próprio e também ao nível das explorações assistidas, ou seja, o Centro desenvolve experiências com os agricultores experimentando um conjunto de práticas técnico-agronômicas. Trata-se de alguma forma de um viveiro, de um balão de ensaio para a geração de tecnologias alternativas. Um outro setor foi implantado para desenvolver experiências, práticas e técnicas agrônômicas no interior da rede nacional de coordenação que, após serem testadas e sistematizadas, vão ser incorporadas às unidades de produção sob forma de um sistema realimentado pelas novas possibilidades técnicas de valorização da terra, do trabalho e da economia agrícolas.

A idéia-força do Centro consiste na implantação de diferentes atividades nas pequenas e médias unidades de produção familiares (dentro dos limites da capacidade do Centro em termos de meios e pessoal), acentuando a questão da recuperação e conservação dos solos e do meio ambiente, através de práticas alternativas e um conjunto de princípios que constitui a agroecologia. Todos os aspectos técnicos e econômicos das atividades experimentadas são levantados diariamente, e sua avaliação é feita em dois tempos: primeiro por técnicos do centro, em seguida por um coletivo reunindo seu conselho diretor, os agricultores e suas representações políticas e organizacionais e os movimentos que integram a rede nacional de articulação.

Já a AS-PTA é a organização que formula com maior clareza sua proposição de agricultura e de tecnologias alternativas no universo das organizações alternativas,

conseguindo publicar o maior número de documentos a respeito, divulgando-os em todo o Brasil, sublinhando claramente o caráter político e ecológico das propostas. Ela alia as estratégias de resistência dos agricultores às tentativas de contra-ofensiva e de modificação do padrão de desenvolvimento agrícola brasileiro:

«trata-se de um projeto muito ambicioso; nossa maior ambição é conseguir influenciar o modelo de desenvolvimento do país (...) No longo prazo, mesmo que utópico, nosso projeto é de contribuir para a construção de um novo modelo de desenvolvimento baseado na agricultura camponesa e na agroecologia»¹³.

A AS-PTA busca através de suas proposições ajustar alternativas que associem:

«a luta dos agricultores pela posse e manutenção na terra com a necessidade de produzir, de atender suas necessidades em áreas restritas de terra e cada vez mais degradadas, aumentando a capacidade de resistência e de autonomia das populações pobres no campo»;

proposições que possam assim contribuir, na teoria e na prática,

«para a construção de novos modelos de desenvolvimento agrícola; um desenvolvimento fundado sobre a pequena unidade de produção e sobre uma nova concepção que a ciência e a tecnologia podem aportar ao desenvolvimento agrícola» (ALMEIDA, s.d.).

A AS-PTA –e também o CETAP–, se recusa entretanto a desenvolver experiências sob forma individual. Seu trabalho se preocupa em testar metodologias (hoje o eixo fundamental de suas ações) permitindo ajustar, avaliar e difundir técnicas que respeitem os princípios e os projetos indicados anteriormente, ou seja, centrados sobre a concepção global de «*estratégias de desenvolvimento sustentável*» que vão na direção de um ganho de autonomia para os pequenos agricultores. É dentro dessa ótica que são elaborados os métodos de *diagnóstico rápido e participativo de agroecossistemas*, visando atender as demandas imediatas dos agricultores e a tendência em «divulgar o que se sabe». Trata-se, em suma, de uma tentativa de pesquisa experimental sistemática, de uma análise das tendências e dos entraves estruturais próprios ao desenvolvimento dos agroecossistemas, afim de centrar esforços nos pontos onde o impacto será mais sensível. Um outro elemento assinalado no quadro das metodologias é a importância crescente da experimentação participativa, na qual os agricultores gerem eles próprios as tecnologias e onde as associações de apoio e de cooperação as sistematizam; a importância crescente igualmente dos métodos de comunicação, da sistematização de experiências camponesas, de metodologias de avaliação e de planejamento do trabalho e, enfim, de metodologias de habilitação dos agricultores aos projetos propostos.

No conjunto das idéias agroecológicas figura um modelo que propõe novas relações técnico-produtivas e sociais para a agricultura; que impõe também a prática de uma agricultura viável nos planos biológico, técnico, econômico,

13 Testemunho de J.M.W., AS-PTA, julho de 1991.

político e social. Mas seria inconcebível pensar em tais modificações sem a intervenção de modificações compatíveis em outros setores da sociedade. O objetivo final é entretanto uma agricultura ecológica, um ser humano autônomo e plenamente realizado e consciente, solidário como seus semelhantes e tomando atitudes de coabitação com a natureza. Os atores que se colocam como defensores da agroecologia reconhecem entretanto que, no curto prazo, essa proposição poderá se impor não pelos seus ideais ecológicos, mas pela sua «funcionalidade econômico-social»¹⁴.

Tecnologias agrícolas alternativas e autonomia

No que diz respeito à técnica e às tecnologias, as quais constituem um espaço privilegiado das reivindicações e experimentação dos atores e grupos estudados, pode-se encontrar o sentido próprio a valores da sociedade. Nesse ponto de vista, as tecnologias alternativas hesitam entre três funções possíveis: a de simples produtos de moda, logo esquecidos; como instrumentos de reprodução social e de resistência contra as ameaças externas; e, enfim, como estimuladoras de formas de vida social.

As experiências de recuperação de tecnologias tradicionais aparecem mais como uma tentativa de *aproximação* –no sentido literal de tornar certas práticas mais próximas dos seus usuários– do que como modo novo de apropriação de técnicas. Para uns, essa proximidade é uma garantia (de recuperação) de identidade; para outros, traduz uma estratégia de sobrevivência, ou ainda, é uma etapa na busca de novas tecnologias e de novos procedimentos agrícolas libertadores. Uma coisa parece no entanto certa: representa para todos formas de bricolagem que permitem os usuários se conectarem com o processo de produção. Conectar-se significa também criar novos espaços de proximidade, outras redes de vizinhança, sem necessariamente propor novos objetos de sentido (como, por exemplo, o de progresso técnico). Paralela e conjuntamente, a autonomia desejada-experimentada é uma espécie de *modus vivendi* acordado com a tecnocracia e seus organismos de enquadramento técnico-econômico.

Nesse campo, no entanto, um grande desafio é colocado aos grupos alternativos de uma maneira geral: como ultrapassar o estágio atual das discussões e de certas proposições em favor de uma nova agricultura que rompa com a idéia (um pouco ingênua) de que uma técnica alternativa seria suficiente, pela sua própria dinâmica, para desarticular a sociedade tal como se apresenta hoje e colocar as bases de uma outra sociedade, radicalmente diferente?¹⁵ Como romper igualmente com a tendência

14 Conforme testemunho de J.M.W., em julho de 1991.

15 Com isso quer-se dizer que os projetos de tecnologia alternativa correm o risco de serem recuperados com fins que não se poderia mesmo qualificar como reformistas (reformismo aqui compreendido como apoio concedido a medidas parciais vistas como válidas e dotadas de um

freqüente de certos grupos de orientação de proposições alternativas a se refugiarem na crítica pura e simples da tecnologia sem lutar no próprio terreno das tecnologias, ou seja, naquele de um sistema de desigualdades e de exclusão?

Se se quer deslocar a problemática da agricultura alternativa do centro das discussões sobre as tecnologias para torná-la um problema social ou de sociedade, é importante que os atores e os grupos concernentes consigam privilegiar uma outra problemática, que seja mais centrada, e de maneira crítica, na produção massiva de irracionalidade no interior de nossas sociedades; no problema da crise do modo de vida, de todos os gigantismos reais ou simbólicos próprios às instituições sociais, econômicas e políticas dominantes, ao mesmo tempo que seriam propostas e experimentadas atividades criadoras e mais autônomas. Sob este ângulo, o problema político consistiria em abrir espaço e concretizar, a partir de (novas) concepções de modos de vida e de trabalho, tanto no meio rural como no urbano, um debate público, afim de confrontar as pessoas nesta aparente situação de crise e de ruptura com este outro modo de vida e de trabalho. É nesse sentido que a ecologia (e o ecologismo) poderá aportar sua contribuição e religar um elo esquecido e ocultado entre a sociedade e os homens de um lado, e a utopia de outro, esta sendo aqui entendida como desejo de mudança e de horizontes novos de atividades. A partir de então, os movimentos sociais que se encontram ligados de perto ou de longe com essa utopia estarão em condições de fixar os limites, de definir o quadro no qual a utopia poderá se exprimir.

Ao se apresentar a problemática alternativa nestes termos, para constatar o alcance limitado da «questão tecnológica», não se está minimizando a importância de algumas lutas e experiências levadas a efeito nesse plano e enquanto *lutas específicas*. O combate contra a fome, a marginalização, a poluição e a degradação ambiental, as tentativas de inserção (ou de reinserção) nos mercados, são temas fundamentais e urgentes para amplas camadas de agricultores no Brasil, como também para a população urbana, visto que se trata para cada indivíduo, grupo ou comunidade de um caso de segurança, de sobrevivência e também de proteção do meio ambiente próximo. A estratégia centrada nas tecnologias alternativas, independente da utilidade das soluções aportadas aos problemas locais e específicos, não é entretanto ainda capaz de provocar uma ultrapassagem necessária de muitos entraves sociais, políticos e econômicos na sociedade, mesmo que essas tecnologias deixem antever perspectivas nesse sentido a médio e longo termo.

No longo prazo, o pensamento estratégico alternativo deverá necessariamente visar uma saída global para a crise e para o modo de desenvolvimento agrícola dominante, invertendo a máxima alternativa, transformando-a em «*pensar localmente e agir globalmente*». Este pensamento deverá buscar colocar em prática políticas que reconheçam, primeiro, a autonomia das pessoas e, por conseguinte, da

sentido, ou seja, que não seriam consideradas como nulas pelo simples fato de estarem inseridas em um sistema que, em si mesmo, não mudaria), para fins de «tapa-furos» do sistema em vigor. Nessas condições, parece claro que as forças políticas dominantes pouco teriam a se opor!

sociedade enquanto fonte última de criação institucional. E insiste-se uma vez mais em um ponto que parece essencial: uma tal estratégia não deverá relegar a um segundo plano ou ao abandono a perspectiva mais local e específica, que é, diga-se de passagem, aquela que predomina hoje nos projetos tecnológicos alternativos. Essa estratégia deverá propor, simplesmente, de maneira paralela e conjunta, que seja encontrada uma *segunda dimensão*, global desta vez, para experimentar impor uma nova concepção como dominante, identificando-a a um novo interesse geral aceito pela maioria dos atores concernentes. Será dessa maneira que a ideologia alternativa poderá tornar-se política. E é aqui que reside o contexto «mais» político das proposições¹⁶.

Em se colocando na perspectiva de um movimento social, os atores das tecnologias alternativas não souberam ainda reconhecer a existência de uma disputa cultural, nem definir uma política de controle democrático da produção científica e tecnológica, mesmo que certos dentre eles, ainda que de maneira ambígua, tenham começado a esboçar um passo nesse sentido como, por exemplo, as proposições da AS-PTA e do CETAP. As alternativas tecnológicas são seguidamente orientadas pelas necessidades comunitárias e por uma ilusão contracultural, que se opõe à uma ciência e à uma tecnologia modernas guiadas por tecnocratas e seus organismos de enquadramento técnico-científico; elas manifestam uma recusa profunda dos valores industriais e lutam contra uma ordem estatal sem opor forças sociais na disputa por uma ciência e a tecnologia. Seguidamente, esses atores –em particular os militantes mais qualificados e os líderes– se abrigam por detrás da idéia de que é preciso opor à ciência e à tecnologia modernas uma outra ciência e uma outra tecnologia, submetendo-as inteiramente a critérios de tipo social e político¹⁷. Isso faz tão somente afastar toda possibilidade de operacionalização de uma ação conflitual em torno do tema da produção e da utilização social da ciência e da tecnologia. A autonomia tecnológica é aquela que mantém suas distâncias em relação aos organismos públicos estatais (sem no entanto consumir a ruptura), trabalhando com mais liberdade, recorrendo às tecnologias tradicionais, melhor adaptadas às condições de certos agricultores e de sua estrutura produtiva porque ignoram a rigidez das exigências próprias às tecnologias e procedimentos agrícolas modernos.

Pode-se entretanto se perguntar se tal concepção não acabaria por suprimir o essencial (aquilo que verdadeiramente está em jogo) daquilo que representa a ciência e a técnica, fazendo destas um sinal de escolha cultural e, por conseguinte, submetendo-as totalmente a uma vontade coletiva. TOURAINE *et alii* (1980) apostam em uma tentativa de resposta para essa questão: nesse contexto, a ciência e a técnica são interpretadas como uma

16 Vai-se na direção do que propõe NIZARD (1974) e MULLER (1982), ou seja, que uma idéia torna-se política quando se identifica com um interesse geral, e não mais como quase que exclusivamente a expressão das necessidades de uma camada específica.

17 Esta concepção deu lugar no passado ao conhecido erro que consiste em pensar uma ciência e uma tecnologia «proletárias» se opondo àquelas ditas «burguesas».

«utopia da contracultura e de uma ciência a serviço do povo, até mesmo propriamente popular, que não faz avançar na direção de um movimento social, que está sempre na contramão de um conflito social pela apropriação de forças de produção da sociedade que não podem ser reduzidas à ideologia e aos interesses de um dos dois adversários».

Quando os atores em luta pela afirmação de tecnologias alternativas conseguem evitar que os agricultores caiam em um individualismo suicida, porque isolados e desprovidos financeiramente e portanto incapazes de progredir em termos de produção e produtividade, acabam mais seguidamente por induzi-los na ilusão de uma comunidade exemplar e cultivando a contracultura¹⁸.

Por mais radicais que sejam as contestações e as críticas direcionadas à agricultura moderna, à sua ciência e tecnologias, baseadas mais seguidamente nas suas conseqüências desastrosas em diversos níveis, tem-se o direito de se perguntar se bom número desses protestos e críticas não deixam transparecer uma certa incapacidade em transformar os projetos alternativos em forças sociais de luta contra a dominação, e por uma *outra* utilização dos meios dos quais dispõem nossas sociedades, o que lhes permitiria modificá-las radicalmente. Não seria a tendência de certos atores alternativos a se fecharem em si mesmos um sinal dessa impotência? Ao se admitir isso, não se estaria também admitindo implicitamente que os atores se deixam levar por lógicas sociais que já não compreendem mais, advindo daí então sua inaptidão a imprimir um sentido novo a suas ações?

A restrição ao local e o enclausuramento de algumas iniciativas de autonomia poderão conduzir as ações a uma guetificação?

A agricultura alternativa ou diferente, da teoria à prática, reúne um grande número de militantes de diversas correntes ideológicas em torno de princípios e de práticas microeconômicas e de motivações sociais. As idéias propostas, mesmo que seguidamente difusas, ambíguas e contraditórias entre si, são geralmente concretizadas e cimentadas por um discurso ecológico-ambientalista, sindical, socialista-reformador ou cooperativista-reformador, oscilando entre imagens do passado e visões do futuro, e visando globalmente, e em última análise, o melhoramento do sistema social atual. As idéias que melhor caracterizam essa tendência são aquelas que sustentam as manifestações que procuram um maior equilíbrio entre a macro e a microeconomia, uma agricultura parcimoniosa em produtos industriais de síntese, buscando também conservar os solos e a natureza, com a utilização de uma tecnologia mais social e a associação-cooperação agrícola; e contra o produtivismo e por uma agricultura (ou atividade) mais libertadora.

Por outro lado, essas diversas preocupações ou visões alternativas agrupam certas aspirações das classes médias urbanas. É isso que parece mostrar a influência

18 Ver também ALMEIDA (1993; 1994).

crecente de atores saídos de camadas urbanas intelectualizadas no movimento alternativo, mesmo que muitas vezes com formação acadêmica nas “ciências agrárias”. Essas preocupações assimilam valores de luta suscetíveis de mudar certos aspectos da sociedade sem colocar em questão o seu *status quo*, uma maneira de atualizar os debates dos temas qualitativos que podem ser esquecidos ou varridos pela vaga quantitativa da economia e da disputa pelos mercados; em suma, essas preocupações procuram dar corpo à ambição de fazer renascer uma socioeconomia localizada, microrregional.

No que se refere especialmente à economia, o caráter global das idéias alternativas se choca seguidamente com a dimensão local. As reivindicações e as aspirações de autonomia parecem indicar claramente uma aspiração à uma autonomia econômica, esta compreendida como um fato de sociedade que não se pode forçosamente assimilar a um elemento motor da vida em sociedade.

Além de sua restrição nas especificidades e no local, a expressão majoritária do movimento alternativo, pelo menos no que parece mostrar as experiências e manifestações estudadas, evidencia a ausência de uma perspectiva global em relação aos problemas levantados pelos grupos e indivíduos. Tudo parece mais claro quando esses últimos afirmam que certos desses problemas somente encontram uma solução quando no interior de sua própria esfera. Isto é possível quando se trata de questões dependendo de uma estrutura local, como por exemplo, a ajuda para o melhoramento de certas instalações, de pequenas estruturas de tratamento de produtos agrícolas, etc. Quando os problemas se encontram fortemente imbricados com outras instâncias políticas e econômico-financeiras, já não se pode resolvê-los como da forma anterior... e aí as engrenagens se bloqueiam. Disso resulta, entre os grupos, uma reivindicação por vezes massiva, que se dirige em direção ao Estado ou a seus organismos e aparelhos estatais capazes de lhes ajudar.

Assim sendo, como pensar então uma autonomia política real, que pressuponha uma certa globalidade, se as análises são feitas de maneira setorial e se ocorre um enclausuramento em diversas redes de ajuda e de solidariedade? Esses grupos, essas redes conseguirão resolver todas as dificuldades através de uma visão compartimentalizada e restrita no local? Conseguirão transformar os modos de vida individuais e coletivos nas suas múltiplas dimensões –produção, consumo, meio ambiente, educação, energia, lazer, etc.–, quando para isso seria preciso uma abordagem mais global, podendo interagir com diversos setores públicos e privados?

Se esta divisão e este enclausuramento se confirmarem, o risco principal consistiria então em justapor as diferentes autonomias locais sem que se tenha uma comunicação verdadeira entre elas, facilitando assim a tarefa governamental dos poderes públicos, que nisso veriam uma maneira de aumentar sua influência. A estratégia da AS-PTA, por exemplo, visa estabelecer uma *comunicação*, uma ligação, por mais precária que seja, entre os diversos grupos alternativos. Mesmo que ainda não tenha obtido resultados muito satisfatórios nesse sentido, ela não cessa de lutar contra o perigo de desagregação de sua rede de articulação nacional. Apesar disso,

esses esforços têm o mérito de confrontar entre eles os diversos modos de desenvolvimento alternativo locais e setoriais, de catalogar e organizar as experiências, de formar os técnicos e os quadros, etc. A tarefa organizacional e centralizadora dessa ONG poderá no entanto chocar-se com a impotência em transformar globalmente o tecido social rural e em influenciar os movimentos sociais que propõem uma nova estratégia de conjunto para a agricultura e a sociedade brasileiras. Ela vai se chocar igualmente, sem nenhuma dúvida, com a idéia de mercado enquanto princípio redutor da complexidade e canal de trânsito de informações. Pode-se também perguntar se essa ONG e todos aqueles que caminham a seu lado em direção à construção de autonomias locais poderão semear os germes de novos movimentos sociais que, em se associando aos seus pares mais ou menos costumeiros (sindicatos, partidos, igrejas, outras associações políticas, etc.), poderão forjar estratégias também novas.

Mas, por que não colocar a questão de maneira ainda mais direta: dessas experiências e proposições de microeconomia poderão emergir um movimento alternativo específico para a agricultura? Essa agricultura (e sociedade) diferente(s), tão desejada(s) pelos atores em busca de uma outra maneira de produzir e de viver, poderá(ão) surgir das múltiplas fraturas e experiências em que se decompôs o movimento alternativo, sindical e associativo-cooperativo? Por mais otimista e engajado que se possa ser, a resposta é, talvez, negativa. Existe entretanto uma expectativa entre os atores e grupos engajados nesse sentido, e mesmo entre camadas crescentes da população rural e urbana, uma expectativa que está à espreita de uma (re)conexão entre, de uma parte, essas iniciativas práticas, de campo –e suas teorizações respectivas– e a teoria política e os movimentos sociais de outra parte; à espreita também de uma confrontação entre o econômico e o social capaz de estruturar um novo pensamento social, a partir de uma temática baseada antes de tudo na autonomia, na ecologia e na solidariedade entre os homens.

Nesse sentido, as expectativas são maiores no que diz respeito às proposições que parecem elaborar os atores sociais implicados com a agroecologia, com um projeto político de autonomia, de produção e de uma outra maneira de viver em sociedade. Mas seriam essas proposições capazes de atingir seus fins, ou assiste-se a uma pulverização das estruturas socioeconômicas? Enquanto movimento político-ideológico, o ecologismo se mostrará capaz –como querem alguns– de romper com a fragmentação crescente do campo social? De tomar o lugar (ou de ultrapassar) os ideais daquilo que foi o radicalismo e o socialismo, em um momento onde as sociedades no seu conjunto parecem se desinteressar pelo seu futuro, fechando-se em atitudes defensivas ou ainda se lançando em projetos individualistas que pouco se preocupam em transformar as formas de vida social? Talvez o futuro próximo responda a essas interrogações... Uma coisa no entanto parece certa: é sem dúvida nessas formas de luta ainda imprevisíveis que espaços de autonomia são incessantemente construídos e ampliados, e que poderão tirar os atores e grupos em questão da forte influência do estado e do mercado totalizador.

Em se tratando das manifestações e proposições locais e microrregionais, deve-se entretanto reconhecer que intervêm em contextos sociais, econômicos e culturais particulares. São geralmente situações marcadas por uma certa fragilidade econômica, submetidas a uma forte concorrência exterior, como no caso específico da agricultura familiar pouco modernizada. No contexto onde as oportunidades de sucesso econômico são raras e onde a mobilidade social é fraca, as reivindicações locais, particulares, sejam de caráter mais cultural (a identidade) ou mais econômico (vencer a crise), se constituem como legítimas, conseqüentes e mesmo coerentes com a realidade social que devem afrontar numerosos grupos e indivíduos, até porque essas manifestações se propõem antes de tudo compensatórias. Os fortes particularismos culturais e naturais de determinadas regiões deverão no entanto encorajar os atores e grupos sociais em luta por uma outra agricultura a constituírem projetos e afirmarem proposições voltadas especificamente para a busca de uma identidade cultural indissociável de uma identidade social.

4. Para finalizar

Mesmo não chegando a afirmar globalmente um projeto social, as práticas alternativas constituem-se geralmente de experiências tecnológicas, de organização do trabalho e de convivialidade que estão em busca de autonomia. Segundo sua natureza, essas experiências permitem, em uma grande medida, demarcar as diferenças e as especificidades, sejam nos processos técnico-econômico-produtivos ou no domínio da ética, da ideologia, do estilo de vida, dos valores. Esta busca de autonomia permite também opor os projetos alternativos à opressão do sistema econômico dominante, de procurar uma identidade cultural frente àquela “de elite” e de regiões dominantes.

Entretanto, o balanço destes quase vinte e cinco anos de tentativas e de experiências alternativas no Brasil mostra-se talvez pouco alentador: elas não conseguiram sair de certos espaços nos quais foram confinadas pelo sistema em vigor, ou seja, não conseguiram ainda se generalizar e nem mesmo “bater de frente” com o modelo dominante de desenvolvimento agrícola. Mesmo que manifestem claramente sua hostilidade de encontro a uma certa racionalidade econômica e instrumental, suas ações fracassaram na maior parte do tempo quando tentaram superá-la, limitando-se a propor alternativas que somente buscam minimizar as conseqüências negativas do processo dominante de produção ou melhor integrar aqueles que estão em vias de marginalização no processo.

Mas, mesmo que não provoquem ou não induzam ainda a mudanças substanciais no sistema político e na estrutura de produção, são manifestações claras de profunda insatisfação de vários agricultores e grupos sociais diante do reducionismo técnico-econômico e as conseqüências sociais do desenvolvimento econômico e agrícola brasileiro. Elas traduzem em seu conjunto uma multiplicidade de “carências”

ou de privações, articulando-se organicamente em torno de uma evidência simbólica genérica de um processo de exclusão ou de marginalização no plano social, político-institucional, econômico e cultural, de indivíduos no meio social rural como sendo uma perda a qual deve-se remediar ou buscar recompor. Toda carência particular é uma leitura desta evidência central e desempenha um papel específico na medida que exprime as configurações ideológicas, as bases sociais, as formas e os meios utilizados que as ações coletivas respectivas assumem no contexto analisado.

Bibliografia

- ALMEIDA, JALCIONE. Ações e atores contestatários na agricultura do sul do Brasil: disputas, aspirações e futuro, *São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, São Paulo, 1994, nº 2-3, vol. 8. págs. 86-94.
- ALMEIDA, JALCIONE. *Agriculteurs de la deuxième chance. Un regard sur les (ré)actions contestataires et la mouvance alternative dans l'agriculture du Brésil méridional*. Université de Paris X, Nanterre, tese de doutorado, 1993.
- ALMEIDA, JALCIONE. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*, Editora da Universidade (UFRGS), Porto Alegre, 1999.
- ALMEIDA, SILVIO G. "A agricultura alternativa em construção", *Alternativas, Cadernos de Agroecologia*. AS-PTA, Rio de Janeiro, s.d.
- Assessoria e serviços a projetos de tecnologias alternativas e centro de tecnologias alternativas populares. Projeto de tecnologias alternativas. AS-PTA/CETAP. s.l. s.d. Datilografado.
- BAREL, YVES. Séance plénière d'ouverture, In: CEPS/CREA, *L'Autonomie sociale aujourd'hui* (Actes du Colloque de Biviers, nov. 1983). Centre d'Etudes des Pratiques Sociales/Centre de Recherche sur l'Epistemologie et l'Autonomie. Presses Universitaires de Grenoble, Grenoble, 1985. págs. 13-20.
- Centro de Tecnologias Alternativas Populares. *Projeto para implantação do centro de atividades*. CETAP, Passo Fundo, out. 1986. Datilografado.
- ILLICH, IVAN. *La convivialité*. Seuil, Paris, 1973.
- MATHIEU, NICOLE. Le local dans tous ses états, *Autrement*. Paris, nº 47, 1983.
- MULLER, PIERRE. «Comment les idées deviennent-elles politiques?», *Revue Française des Sciences Politiques*, Paris, fev. 1982. págs. 90-108.
- MULLER, PIERRE. Un métier né de la crise: exploitation rural, *Sociologie du Travail*. Dunod, Paris, 1987, nº 4. págs. 459-475.

- NIZARD, L. et alii. *Changement social et appareil d'État*. CERAT, Grenoble, 1974.
- PARIJS, PHILLIPE VAN. Impasses et promesses de l'écologie politique, *Esprit*, Paris, 1991, n° 171. págs. 54-70.
- ROSANVALLON, PIERRE. *La crise de l'Etat providence*. Seuil, Coll. Points, Paris, 1981.
- TOURAINÉ, ALAIN; HEGEDUS, ZSUZSA; DUBET, FRANÇOIS e WIEVIORKA, MICHEL. *La prophétie anti-nucléaire*. Seuil, Paris, 1980.